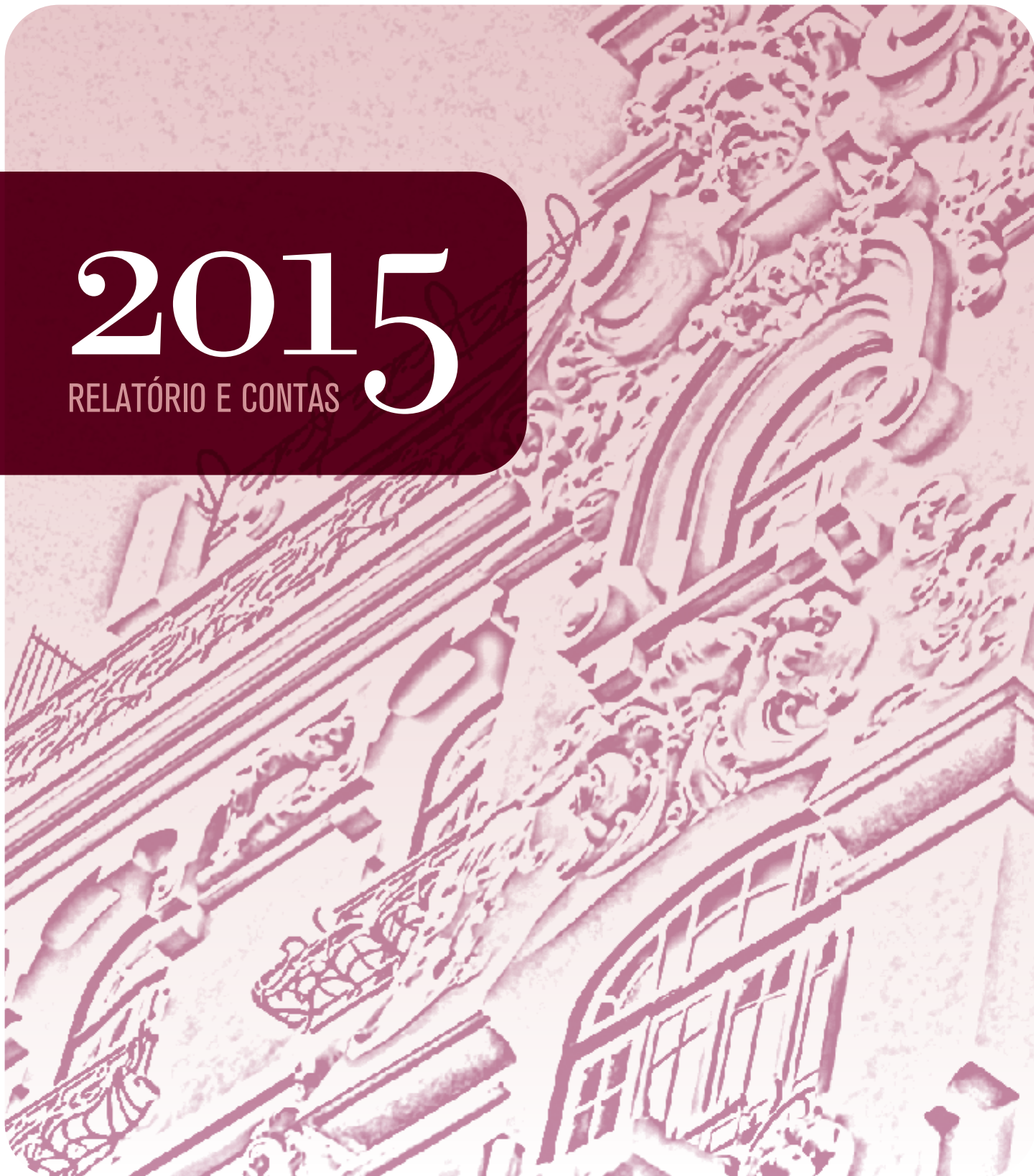


2015

RELATÓRIO E CONTAS



SOCIEDADE GESTORA
DOS FUNDOS DE PENSÕES
DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

ÍNDICE

I	Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.	03
----------	---	-----------

II	Composição dos Órgãos Sociais	04
-----------	--------------------------------------	-----------

III	Relatório do Conselho de Administração	05
------------	---	-----------

1. Atividade Desenvolvida em 2015	05	6. Margem de solvência	13
2. Carteira de Ativos da Sociedade Gestora	06	7. Situação Perante a Segurança Social e o Estado	13
3. Situação Patrimonial	11	8. Proposta de Aplicação de Resultados	13
4. Gestão de Risco	12	9. Nota Final	13
5. <i>Compliance</i>	12		

IV	Demonstrações Financeiras	14
-----------	----------------------------------	-----------

Balanço	15	Anexo ao Balanço e às Demonstrações dos Resultados	19
Demonstração dos Resultados por Natureza	16	Certificação Legal de Contas	38
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	18	Parecer do Fiscal Único	38
Demonstração de Fluxos de Caixa	19		

DADOS SOBRE A SOCIEDADE GESTORA DOS FUNDOS DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

O Banco de Portugal, com uma participação que, a 31 de dezembro de 2015, correspondia a 97,84% de capital; e

Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia, na mesma data, a 2,16% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2015:

O Ativo da Sociedade ascendia a 3.390.352,87 euros;

O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 3.248.881,19 euros;

O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.668.692.271,47 euros, correspondendo 1.663.425.178,27 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 5.267.093,20 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Armando da Silva Couto
Secretário	Elias Martins Vaz

Conselho de Administração

Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Administrador	Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Administrador Delegado	Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Fiscal Único	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes
Suplente do Fiscal Único	Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao período de 2015.

1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes aos planos de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

Em 2015, assumiu destaque a transição da política de investimento do FPCD para uma ótica de ciclo de vida. O Fundo deixou de ser constituído pelas duas carteiras em que se consubstanciava a política de investimentos transitória (carteira A, constituída por instrumentos de taxa de juro e instrumentos financeiros com exposição ao risco acionista, e carteira B, composta exclusivamente por instrumentos de taxa de juro), passando a ser constituído por três novas carteiras: a carteira 1, indicada para participantes com uma idade mais baixa, coloca a ênfase no retorno esperado e privilegia a exposição ao risco acionista e a instrumentos de taxa de juro com prazos tendencialmente mais longos; a carteira 2, recomendada para participantes na fase intermédia da carreira ativa, apresenta uma menor exposição ao risco acionista, e prazos médios mais reduzidos nos instrumentos de taxa de juro; e a carteira 3, indicada para participantes no final da carreira ativa, relewa a limitação do risco, sendo composta por instrumentos de taxa de juro de curto prazo, bem como por instrumentos financeiros com exposição ao risco acionista, com um peso relativo residual. A ênfase da política de investimentos desloca-se progressivamente para a limitação do risco e preservação do valor acumulado das contribuições e rentabilidades passadas.

É ainda de destacar o crescimento do número de participantes do FPCD – de 486 no final de 2014 para 583 no final de 2015, que traduz a opção generalizada dos novos colaboradores do Banco de Portugal pela adesão a este Fundo.

No que respeita à gestão do FPBD, o ano de 2015 ficou marcado pelo aumento do nível de financiamento do Fundo e pelo reforço do grau de prudência subjacente aos pressupostos de avaliação das suas responsabilidades materializado na melhoria da qualidade creditícia do cabaz de dívida relevado no processo de fixação da taxa de desconto.

De destacar ainda em 2015, com incidência na gestão de ambos os Fundos de Pensões, a consolidação dos processos de continuidade de negócio da Sociedade Gestora, com a entrada em funcionamento do Centro de Recuperação de Desastres, inserido no Plano de Continuidade de Negócio, constituído por uma sala de crise e um centro de processamento de dados alternativo, localizados no Porto.

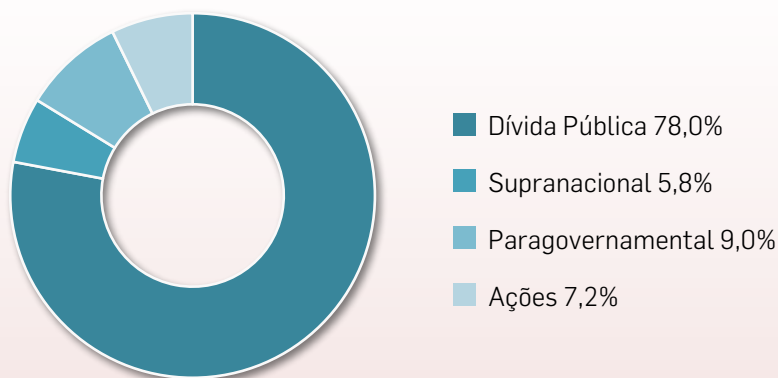
2. CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos própria, cujo valor contabilístico era, em 31 de dezembro de 2015, de cerca de 2,7 milhões de euros.

2.1. ESTRUTURA POR CLASSE DE ATIVO

A exposição da carteira de ativos própria ao mercado acionista aumentou nos primeiros meses de 2015, tendo atingido, em abril, níveis ligeiramente superiores a 10%. Em maio, iniciou-se um processo de redução desta exposição, que se prolongou até outubro. Nos últimos dois meses de 2015, procedeu-se a um ligeiro incremento do investimento em ativos com exposição ao risco acionista. Em 31 de dezembro de 2015, a exposição da carteira ao mercado de ações era de 5,9% e correspondia, na totalidade, a investimento em unidades de participação de *Exchange Traded Funds* que replicam o desempenho de índices acionistas de referência. O recurso a este tipo de instrumento permite uma elevada diversificação da exposição ao mercado de valores mobiliários, contribuindo para a mitigação do risco específico. A exposição média, ao longo do ano, ao mercado de ações foi de 7,2%.

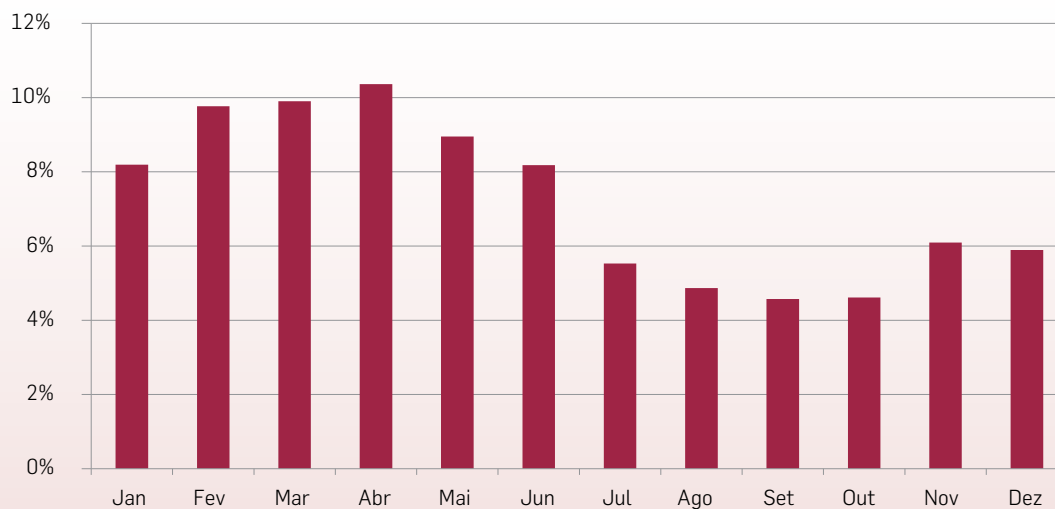
GRÁFICO 1 Exposição média por classe de ativo em 2015



Relatório do Conselho de Administração

GRÁFICO 2

Exposição da carteira a fundos de investimento em ações (% do total da carteira)

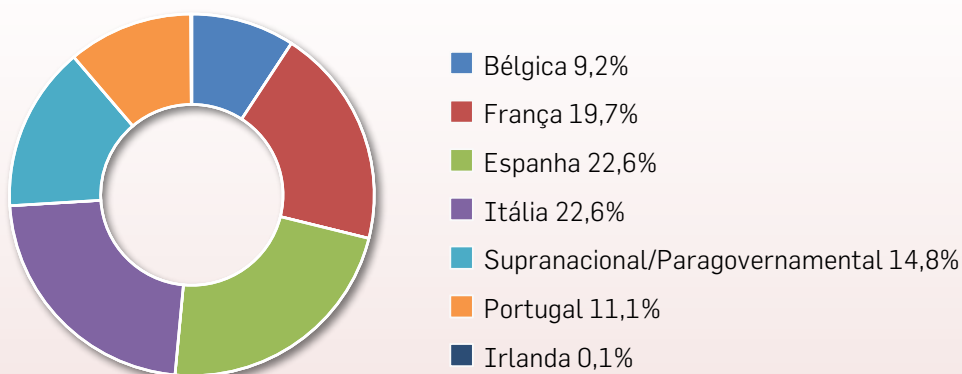


2.2. REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA

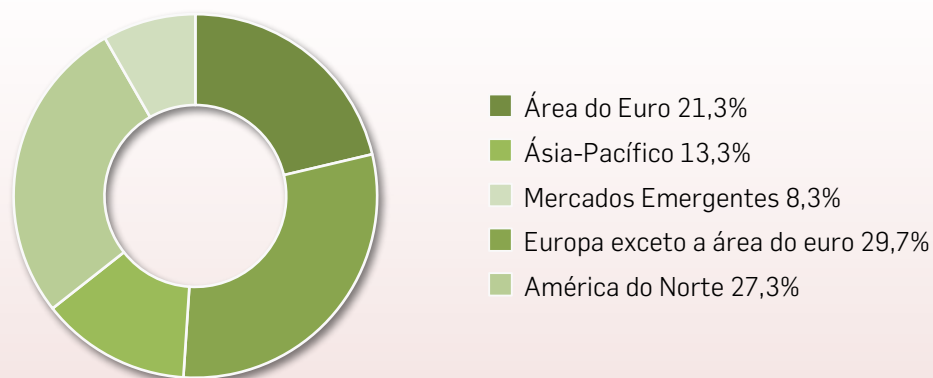
Tanto a componente obrigacionista como a componente acionista da carteira apresentaram uma elevada diversificação dos investimentos por área geográfica, ainda que a primeira se tenha confinado, à semelhança dos anos anteriores, à Área do Euro.

GRÁFICO 3

Exposição média da componente obrigacionista por país em 2015



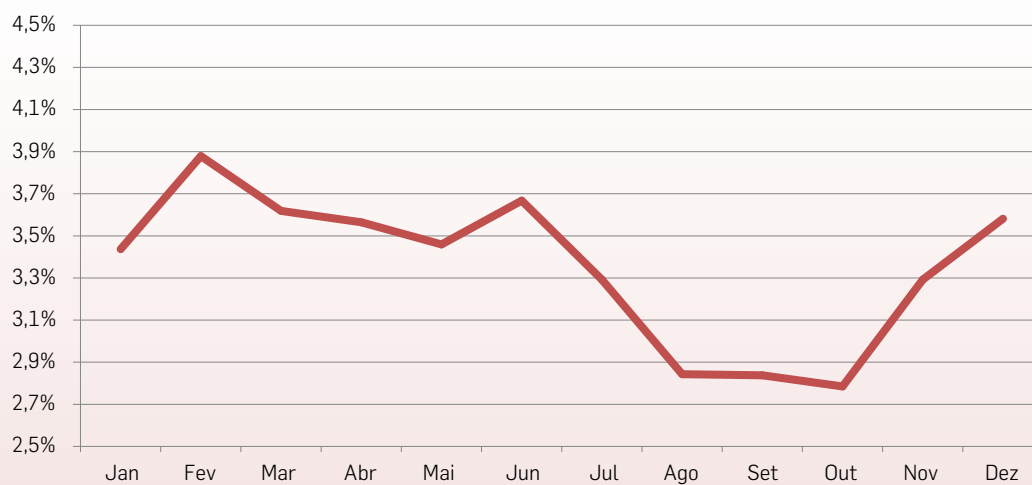
Relatório do Conselho de Administração

GRÁFICO 4 Desagregação geográfica da exposição acionista (estrutura média em 2015)**2.3. VALUE-AT-RISK**

O risco de redução do valor dos ativos decorrente de movimentos de mercado é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 ano para um nível de confiança de 95%.

Esta medida de risco corresponde, em cada momento, à redução do valor dos ativos, em pontos percentuais, que se estima ter uma probabilidade de 5% de ser ultrapassada no horizonte temporal de 1 ano, no pressuposto de estabilização da composição da carteira.

A evolução, em 2015, do *Value-at-Risk* da carteira refletiu as alterações verificadas na volatilidade dos mercados acionistas e os ajustamentos observados na exposição da carteira àquela classe de ativos.

GRÁFICO 5 *Value-at-Risk* anual a 95% em 2015

2.4. DURAÇÃO MODIFICADA

O grau de sensibilidade da carteira de obrigações a variações de taxas de juro é avaliado com base na duração modificada.

Em 2015, este indicador atingiu, em termos médios 1,3, e em 31 de dezembro, 1,4, níveis que traduzem uma reduzida sensibilidade do valor da carteira de obrigações a variações de taxa de juro.

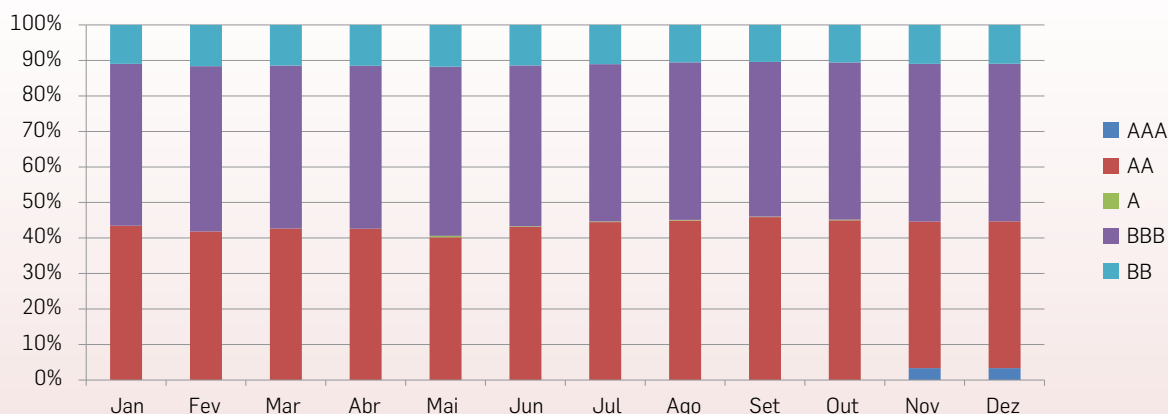
2.5. ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR RATING

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas principais agências financeiras internacionais de referência, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

Durante o ano de 2015, a componente obrigacionista da carteira da Sociedade Gestora apresentou uma preponderância da exposição a emissões com *rating* BBB (em média, 45,2% do valor da componente de obrigações) e com *rating* AA (em média, 43,1% do valor da componente de obrigações).

GRÁFICO 6

Composição da componente de obrigações por rating



2.6. CREDIT VALUE-AT-RISK E PROBABILIDADE DE DEFAULT

O acompanhamento da exposição da carteira ao risco de crédito é efetuado por recurso ao *Credit Value-at-Risk* a 95% a 1 ano e à probabilidade de *default* média da carteira de dívida pública.

O *Credit Value-at-Risk* traduz a perda máxima de valor da carteira expectável no horizonte de 1 ano, para um nível de confiança de 95% e, no pressuposto de que a sua composição se mantém inalterada, decorrente de alterações da qualidade creditícia dos emitentes nela representados.

O *Credit Value-at-Risk* a 1 ano da componente de obrigações situava-se, a 31 de dezembro de 2015, em 0,17%.

Relatório do Conselho de Administração

A probabilidade de *default* média da carteira de dívida pública é a média ponderada das probabilidades de *default* dos emitentes soberanos representados na carteira para o prazo de 1 ano extraídas das cotações dos *Credit Default Swaps*.

A probabilidade de *default* média a 1 ano da componente de dívida pública era, em 31 de dezembro, de 0,4%, tendo registado uma descida ao longo do ano de 2015, em resultado da reavaliação em baixa, pelos investidores, do risco de crédito atribuído aos emitentes da área do euro, em particular aos percecionados como tendo menor qualidade creditícia.

A probabilidade de *default* média estimada através das cotações dos *credit default swaps* relativos aos vários emitentes em carteira é superior à que resultaria da utilização de dados históricos de *default* compilados pelas agências de *rating*.

2.7. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

O risco cambial incorrido resultou maioritariamente da exposição da carteira ao mercado de ações. A percentagem dos ativos da carteira expostos a este risco atingiu um nível médio anual de 5,8%. A 31 de dezembro de 2015, essa percentagem era de 4,9%.

QUADRO 1 Exposição da carteira a risco cambial		
	Média 2015	31/12/2015
Libras	1,0%	0,9%
Franco Suíço	0,8%	0,7%
Ienes	0,9%	0,8%
Dólares Norte Americanos	1,5%	1,4%
Dólares Canadianos	0,4%	0,3%
Coroas Suecas	0,5%	0,4%
Outras Moedas	0,7%	0,5%
Exposição Total	5,8%	4,9%

2.8. RENTABILIDADE

Durante o ano de 2015, a carteira de ativos própria da Sociedade Gestora obteve uma rentabilidade de 1,6%. A componente obrigacionista da carteira apresentou um retorno de 1,0%, tendo-se constatado, de um modo geral, uma relação positiva entre o risco de crédito percecionado dos emitentes e a rentabilidade alcançada.

A componente acionista obteve uma rentabilidade de 7,5%, tendo-se apurado desempenhos positivos na generalidade dos blocos geográficos, com exceção dos mercados emergentes.

Relatório do Conselho de Administração

QUADRO 2

Rentabilidade por classe de ativo e zona geográfica da carteira da Sociedade Gestora

Obrigações (Taxa Fixa)	1,0%
Bélgica	0,0%
Espanha	2,0%
França	0,0%
Holanda	0,1%
Itália	2,3%
Irlanda	0,0%
Portugal	0,2%
Supranacional e Paragovernamental	-0,1%
Fundos de investimento em ações	7,5%
Área do Euro	7,1%
América do Norte	9,5%
Europa exceto Área do Euro	8,0%
Ásia-Pacífico	12,0%
Emergentes	-5,9%
Total	1,6%

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A 31 de dezembro de 2015, o Ativo Líquido da Sociedade Gestora ascendia a 3.390.352,87 euros, valor que traduz um aumento de 1,6% face ao registado no final de 2014.

Os ativos financeiros detidos para negociação continuam a ter um elevado relevo na estrutura financeira da Sociedade Gestora, ascendendo no final do exercício a 2.545.979 euros, o que representa cerca de 75,1 % do ativo líquido.

O Capital Próprio cifra-se em 3.248.881 euros, tendo aumentado cerca de 103.839 euros, correspondente ao resultado líquido do período. O Capital Próprio agrega o capital realizado no valor de 1.000.000 euros, as reservas legais no montante de 164.640 euros, as outras reservas (reservas livres) no montante de 1.980.403 euros, provenientes da incorporação dos resultados líquidos de exercícios anteriores, bem como o resultado líquido do ano.

A cobertura do ativo pelos capitais próprios traduzia-se, no final do exercício, num rácio de 95,8%, que evidencia a solidez financeira da Sociedade Gestora.

O resultado líquido do exercício registado em 2015 é inferior em cerca de 36,1% ao registado em 2014, em resultado do efeito conjugado de um aumento de encargos e da estabilização do valor da comissão de gestão.

Ao nível dos rendimentos, destaca-se:

- A manutenção do valor da comissão de gestão fixado desde 2013, em 2.838.000 euros;
- O aumento do valor da rubrica Outros rendimentos e ganhos em cerca de 25.077 euros (126,7%), decorrente do acréscimo de rentabilidade alcançado na gestão da carteira de ativos própria.

Ao nível dos gastos, importa referir que:

- Os encargos com pessoal registaram um aumento de cerca de 6,3% face a 2014, que reflete a existência, no início de 2014, de várias posições no quadro de efetivos por preencher;

- Os encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de 0,9% face ao ano anterior;
- Na sequência de uma ação judicial interposta contra a Sociedade Gestora em 2002, foi constituída, em 2015, uma provisão de 30.349 euros em resultado da ocorrência de um conjunto de atos processuais judiciais, em fase de recurso;
- A aquisição de equipamentos de suporte ao Plano de Continuidade de Negócios iniciada no final do exercício de 2014 teve impacto no aumento dos gastos com amortizações, os quais ascenderam ao total anual de 98.873 euros;
- O montante despendido com Outros gastos e perdas em 2015 foi inferior ao de 2014, tendo sido reduzido em cerca de 25% para 121.812 euros. Esta diminuição ficou a dever-se, sobretudo, à diminuição dos impostos indiretos, bem como à diminuição dos encargos com as taxas a favor da Autoridade de Supervisão dos Seguros e dos Fundos de Pensões, em resultado da diminuição das contribuições recebidas pelos Fundos de Pensões em 2015.

4. GESTÃO DE RISCO

A avaliação e controlo dos riscos associados à atividade desenvolvida assumem particular relevo no funcionamento da Sociedade Gestora. Esta função é assegurada por uma unidade de estrutura autónoma, responsável pela definição e monitorização dos níveis de tolerância da organização ao risco, nas suas diferentes vertentes. Na vertente financeira, este objetivo é assegurado através da definição de uma política de investimentos e do acompanhamento do seu cumprimento e da evolução de indicadores de risco de referência. Na vertente operacional, a função de gestão de riscos tem como missão o desenvolvimento e atualização permanente, em conjunto com as restantes unidades de estrutura, do sistema de gestão de risco e controlo interno da Sociedade Gestora, ferramenta através da qual se procede à identificação, avaliação e monitorização dos diferentes riscos inerentes aos processos de negócio, bem como à identificação e implementação de ações de mitigação dos mesmos.

No anexo às demonstrações financeiras, que constituem parte integrante do presente relatório de gestão, são descritos os procedimentos em vigor relativos ao controlo de riscos.

5. COMPLIANCE

Durante o ano de 2015, a função “*Compliance*” manteve o acompanhamento das alterações regulatórias e de enquadramento da atividade e assegurou o cumprimento das obrigações de reporte legais e fiscais.

Procedeu-se à revisão dos documentos legais de suporte ao Fundo de Pensões de Benefício Definido para a integração do Plano de Benefícios de Saúde, e iniciou-se a implementação do Regulamento EMIR (European Market Infrastructure Regulation).

No âmbito das medidas de prevenção do branqueamento de capitais, manteve-se o procedimento de realizar negócios com contrapartes financeiras com qualidade creditícia reconhecida internacionalmente, e deu-se continuidade ao processo de identificação das contrapartes de imobiliário dando cumprimento ao disposto na Lei 25/2008 de 5 de junho.

6. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Sociedade Gestora apresentava, em 31 de dezembro de 2015, uma margem de solvência que correspondia a 137,82% da exigida de acordo com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

7. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O ESTADO

Nos termos do decreto-lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade Gestora não tem dívidas à Segurança Social ou ao Estado.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido do período da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi de 103.838,72 euros, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 5.191,94 euros

Reservas livres: 98.646,78 euros

9. NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do período de 2015, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Presidente

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Administrador

Hélder Manuel Sebastião Rosalino

Administrador Delegado

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo ao Balanço e às Demonstrações dos Resultados

Certificação Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Demonstrações Financeiras

Balço em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	Notas	31/Dez/15	31/Dez/14
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	263.302,21	248.441,97
Ativos Intangíveis	7	18.862,90	13.168,08
		282.165,11	261.610,05
Ativo Corrente			
Estado e outros entes públicos	10	16.762,71	6.725,69
Outras contas a receber	11	132.185,67	136.101,54
Diferimentos	12	185.478,62	257.845,22
Ativos financeiros detidos para negociação	13	2.545.978,63	2.612.434,10
Caixa e depósitos bancários	4	227.782,13	62.698,08
		3.108.187,76	3.075.804,63
TOTAL DO ATIVO		3.390.352,87	3.337.414,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		164.639,59	156.516,67
Outras reservas		1.980.402,88	1.826.067,36
Resultado líquido do período		103.838,72	162.458,44
Total do Capital Próprio	8	3.248.881,19	3.145.042,47
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	30.348,87	0,00
		30.348,87	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	31.183,54	40.336,77
Estado e outros entes públicos	10	22.398,94	39.374,85
Outras contas a Pagar	11	57.540,33	109.155,09
Diferimentos	12	0,00	3.505,50
		111.122,81	192.372,21
Total do Passivo		141.471,68	192.372,21
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.390.352,87	3.337.414,68

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados por Naturezas - Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/Dez/15	31/Dez/14
Vendas e serviços prestados	15	2.838.000,00	2.838.000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.121.828,12	-1.111.737,18
Gastos com pessoal	17	-1.378.358,40	-1.296.364,81
Provisões (aumentos/reduções)	14	-30.348,87	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	18	2.454,92	1.384,17
Outros rendimentos e ganhos	19	44.877,42	19.800,75
Outros gastos e perdas	20	-121.812,15	-161.360,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		232.984,80	289.722,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	-98.872,70	-74.786,47
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		134.112,10	214.936,43
Juros e gastos similares	22	-18,09	-13,93
Resultado antes de impostos		134.094,01	214.922,50
Imposto sobre rendimento do período	9	-30.255,29	-52.464,06
Resultado líquido do período		103.838,72	162.458,44

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Demonstrações Financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2014	1	1.000.000,00	146.079,15	1.627.754,49	0,00	208.750,39	2.982.584,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					162.458,44	162.458,44
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						162.458,44
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		0,00	10.437,52	198.312,87	0,00	-208.750,39	0,00
Outras operações							
	5	0,00	10.437,52	198.312,87	0,00	-208.750,39	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1+2+3+5	1.000.000,00	156.516,67	1.826.067,36	0,00	162.458,44	3.145.042,47

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Demonstrações Financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 De Dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015	1	1.000.000,00	156.516,67	1.826.067,36	0,00	162.458,44	3.145.042,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					103.838,72	103.838,72
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						103.838,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições		0,00	8.122,92	154.335,52	0,00	-162.458,44	0,00
Outras operações	5	0,00	8.122,92	154.335,52	0,00	-162.458,44	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1+2+3+5	1.000.000,00	164.639,59	1.980.402,88	0,00	103.838,72	3.248.881,19

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Demonstrações Financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa - Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	31/Dez/15	31/Dez/14
Recebimentos de clientes	2.706.338,55	2.601.500,00
Pagamentos a fornecedores	-883.836,79	-1.083.390,25
Pagamentos ao pessoal	-1.234.344,96	-1.083.752,61
Caixa gerada pelas operações	588.156,80	434.357,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-80.580,61	-118.426,07
Outros recebimentos/pagamentos	-258.705,09	-306.631,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	248.871,10	9.299,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-187.595,45	-27.188,71
Ativos intangíveis	-7.657,54	0,00
Investimentos financeiros	-10.053.692,58	-8.448.384,65
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	10.158.024,14	8.435.112,84
Juros e rendimentos similares	4.517,50	7,31
Dividendos	2.531,92	22,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-83.872,01	-40.431,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-18,09	-13,93
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-18,09	-13,93
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	164.981,00	-31.145,33
Efeito das diferenças de câmbio	103,05	223,53
Caixa e seus equivalentes no início do período	62.698,08	93.619,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	227.782,13	62.698,08

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

NOTA 1. - INTRODUÇÃO

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. ("Sociedade Gestora" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede social na Avenida da República nº 57, 7º, em Lisboa, constituída em 3 de julho de 1988, tendo por principal atividade a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é detida em 97,84% pelo Banco de Portugal, com sede social na Rua do Comércio nº 148, em Lisboa, sendo o restante capital detido por participantes e beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de fundos de pensões, a Sociedade Gestora encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade Gestora é responsável pela gestão dos seguintes fundos:

- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido; e
- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida.

O Associado dos Fundos acima mencionados é o Banco de Portugal, com quem a Sociedade Gestora estabeleceu os respetivos contratos de gestão.

NOTA 2. – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade Gestora foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, no dia 25 de fevereiro de 2016, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3. - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

NOTA 3.1 - BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros detidos para a negociação ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

NOTA 3.2 - OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. As depreciações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Período de vida útil
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10
	(em Anos)

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras do período.

Ativos Intangíveis

As vidas úteis dos ativos intangíveis são classificadas como finitas ou como indefinidas.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Ativos intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada dos ativos, variando no caso das aplicações informáticas entre 3 a 6 anos, e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade (ou, alternativamente, *uma indicação de que o valor contabilístico do ativo excede o seu valor recuperável*).

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, nomeadamente programas e licenças, registadas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo todos os encargos necessários para colocar cada aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados mas, quando aplicável, são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade.

A Sociedade Gestora não detém ativos intangíveis com vidas indefinidas.

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias, entre os montantes ativos e passivos, que resultam da divergência entre os critérios contabilístico e fiscal.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que, de acordo com toda a informação disponível, se espera que estarão em vigor à data da reversão das referidas diferenças.

Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Outras Contas a Receber

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao justo valor, deduzido de eventuais imparidades.

Diferimentos Ativos e Passivos

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Estes ativos são adquiridos com o intuito de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como à análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos e o valor da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo valor de custo.

Outras Contas a Pagar

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

Reconhecimento de Rendimentos e Gastos

O registo dos rendimentos e gastos é efetuado de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade Gestora os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5%.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são registados em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- i. Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- ii. Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 25 de fevereiro de 2016, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

NOTA 3.3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, réditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração.

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade Gestora e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade Gestora é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que podem existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade Gestora, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade Gestora e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A Sociedade Gestora revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento dos testes de imparidade em ativos intangíveis de vida útil indefinida. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade Gestora.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade Gestora quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade Gestora, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 3.4 – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade Gestora.

NOTA 3.5 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Caixa	750,00	750,00
Depósitos à ordem	202.288,23	61.948,08
Depósitos - Penhoras	24.743,90	0,00
	227.782,13	62.698,08
	(em Euros)	

O valor registado em Depósitos – Penhoras está relacionado com um processo judicial em curso, e tem a seguinte repartição:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Depósitos - Penhoras		
Millenium BCP	2.467,86	0,00
Caixa Geral de Depósitos	5.581,65	0,00
Barclays Bank	16.694,39	0,00
	24.743,90	0,00
	(em Euros)	

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2015, não foram alteradas políticas contabilísticas que afetassem as demonstrações financeiras da Sociedade Gestora nem efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

NOTA 6 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis, incluindo as respetivas depreciações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Valor bruto:				
Equipamento Básico	321.340,90	50.151,23	0,00	371.492,13
Equipamento Administrativo	630.716,17	53.861,65	0,00	684.577,82
Outros Ativos Tangíveis	92.643,23	0,00	0,00	92.643,23
	1.044.700,30	104.012,88	0,00	1.148.713,18
Depreciação acumulada e imparidade:				
Equipamento Básico	169.520,30	43.399,74	0,00	212.920,04
Equipamento Administrativo	554.206,11	40.229,20	0,00	594.435,31
Outros Ativos Tangíveis	72.531,92	5.523,70	0,00	78.055,62
	796.258,33	89.152,64	0,00	885.410,97
Total	248.441,97	14.860,24	0,00	263.302,21

(em Euros)

NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2015 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Valor bruto:				
Programas de Computador	795.011,86	15.414,88	0,00	810.426,74
	795.011,86	15.414,88	0,00	810.426,74
Amortização acumulada e imparidade:				
Programas de Computador	781.843,78	9.720,06	0,00	791.563,84
	781.843,78	9.720,06	0,00	791.563,84
Total	13.168,08	5.694,82	0,00	18.862,90

(em Euros)

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

NOTA 8 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

Titularidade	Ações Detidas	%
Banco de Portugal	195.679	97,84%

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

NOTA 9 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A taxa efetiva de imposto sobre rendimento de capitais (IRC) em 2015 e 2014 foi a seguinte:

	31 Dez. 2015		31 Dez. 2014	
Resultados antes de impostos		134.094,01		214.922,50
Imposto com base na taxa nominal	21,00%	28.159,74	23,00%	49.432,18
Derrama	1,50%	2.014,99	1,49%	3.212,09
Tributação autónoma	0,02%	30,40	0,00%	0,00
Outros	0,04%	50,15	-0,08%	-180,21
Imposto registado na conta de ganhos e perdas	22,56%	30.255,29	24,41%	52.464,06

(em Euros)

NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são os seguintes:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Estado e Outros Entes Públicos		
ATIVO CORRENTE		
Imposto sobre o rendimento	16.762,71	6.725,69
	16.762,71	6.725,69
PASSIVO CORRENTE		
Retenção de Impostos	0,00	4.651,41
Imposto sobre o Valor acrescentado	22.343,71	33.945,41
Outros Impostos	55,23	84,14
Contribuições para a Segurança social	0,00	693,89
	22.398,94	39.374,85

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo "Atividades de Gestão de Fundos" - CAE 66300, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Os registos contabilísticos referidos são efetuados nas demonstrações financeiras do período de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos sobre o Rendimento”.

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2015, no montante total de 46.787,64 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante de 230,36 euros, relativas a rendimentos obtidos pela detenção de dívida emitida por entidades residentes.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, sendo que as declarações da Segurança Social podem ser revistas durante um período de 5 anos. Às declarações revistas e corrigidas aplicam-se as exceções previstas na Lei.

A Administração da Sociedade Gestora considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos períodos passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apenas são registados ativos por impostos diferidos se existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER, A PAGAR E DE FORNECEDORES

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31/Dez/15	31/Dez/14
ATIVO CORRENTE		
Banco de Portugal - Associado	131.661,45	135.052,60
Comissão de Custódia a Receber	0,00	524,72
Cauções Prestadas	524,22	524,22
	132.185,67	136.101,54
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores c/c	31.183,54	40.336,77
Fornecedores de Investimentos	3.499,35	75.659,56
Remunerações a Liquidar	0,00	4.719,28
Serviços de Auditoria	9.471,00	9.471,00
FSE a Liquidar	1.716,81	1.005,44
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	42.853,17	18.299,81
	88.723,87	149.491,86
		(em Euros)

O valor de 131.661,45 euros registado no ativo corresponde ao montante da comissão de gestão, deduzida dos encargos com o acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro, que apenas foi liquidada pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2016.

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

NOTA 12 – DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos descrimina-se como se segue:

	31/Dez/15	31/Dez/14
ATIVO CORRENTE		
Gastos a Reconhecer		
Equipamento informático e outros	4.406,38	8.399,20
Software e Custos de Manutenção	135.401,04	203.666,59
Assinaturas e Documentação Técnica	1.092,40	847,90
Seguros	3.795,55	4.030,66
Rendas e Alugueros	40.225,65	40.343,27
Outros	557,60	557,60
	185.478,62	257.845,22
PASSIVO CORRENTE		
Honorários	0,00	3.505,50
	0,00	3.505,50

(em Euros)

NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do período de 2015, era composta conforme o quadro seguinte:

	31/Dez/15				31/Dez/14		
	Moeda	Quantidade	Valor aquisição*	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos para Negociação							
Bilhetes do Tesouro	EUR	604.000,00	604.512,39	-15,94	0,00	604.496,45	1.049.734,53
Títulos do Tesouro	EUR	1.006.000,00	1.115.577,30	-4.396,34	11.736,61	1.122.917,57	1.381.714,79
Títulos de Dívida Supranacionais e Paragovernamentais		638.000,00	655.334,71	-9.535,96	10.686,37	656.485,12	0,00
FIM	EUR	5.539,00	159.352,33	2.727,16	0,00	162.079,49	180.984,78
Total		2.253.539,00	2.534.776,73	-11.221,08	22.422,98	2.545.978,63	2.612.434,10

* Corresponde ao custo de aquisição para os títulos adquiridos em 2015 e ao valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2014, para os restantes títulos

(em Euros)

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

31/Dez/15

	Quantidade	Valor aquisição*	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço
Bilhetes do Tesouro					
Belgium Treasury Bill 2016/03/10	93.000,00	93.124,65	-45,6	0,00	93.079,05
French Government Bill 2016/06/22	250.000,00	250.438,99	-8,99	0,00	250.430,00
Portuguese Treasury Bill 2016/05/20	250.000,00	249.948,97	38,97	0,00	249.987,94
Portuguese Treasury Bill 2016/07/22	11.000,00	10.999,78	-0,32	0,00	10.999,46
	604.000,00	604.512,39	-15,94	0,00	604.496,45
Títulos do Tesouro					
Spanish Government Bond 2018/10/31 3.75 PCT	478.000,00	527.931,88	-2.012,38	2.987,50	528.907,00
Buoni Ordinari del Tesoro 2018/08/01 4.5 PCT	467.000,00	522.049,96	-2.185,56	8.680,13	528.544,53
French CPI-linked Treasury Bond (O.A.T.) 2019/07/25 0.25 PCT	61.000,00	65.595,46	-198,40	68,98	65.466,04
	1.006.000,00	1.115.577,30	-4.396,34	11.736,61	1.122.917,57
Títulos de Dívida Supranacionais e Paragovernamentais					
ERSTE Abwicklungsanstalt Bond 2016/03/29 3.125 PCT	300.000,00	308.673,00	-6.441,00	7.095,29	309.327,29
EFSF Sovereign Bond 2016/03/07 0.5 PCT	44.000,00	44.111,32	-60,72	179,73	44.230,33
EFSF Sovereign Bond 2016/07/18 2.75 PCT	102.000,00	104.681,58	-1.075,08	1.272,21	104.878,71
EFSF Sovereign Bond 2016/12/05 2.75 PCT	115.000,00	119.280,30	-1.175,30	224,66	118.329,66
European Investment Bank Bond 2016/04/15 3.5 PCT	77.000,00	78.588,51	-783,86	1.914,48	79.719,13
	638.000,00	655.334,71	-9.535,96	10.686,37	656.485,12
Fundos de Investimento Mobiliário					
ETF - Canada: S&P/TSE 60 Index	607,00	9.178,42	-1.409,15	0,00	7.769,27
ETF - Credit Suisse SMI	221,00	17.283,58	953,03	0,00	18.236,61
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (Germany)	67,00	4.571,98	-254,17	0,00	4.317,81
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (Luxembourg)	359,00	11.509,54	919,04	0,00	12.428,58
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (France)	583,00	19.579,14	-692,86	0,00	18.886,28
ETF - FTSE 100 Index (iShares-Barclays)	2.320,00	19.720,95	-168,07	0,00	19.552,88
ETF - Tokyo Price Index TOPIX (Japan)	110,00	20.520,25	1.553,45	0,00	22.073,70
ETF - Sweden: OMX Index	594,00	9.829,43	281,89	0,00	10.111,32
ETF - Powershares QQQ Nasdaq 100	87,00	7.988,44	1.025,92	0,00	9.014,36
ETF - Dow Jones Industrial Average 30	53,00	7.992,06	529,54	0,00	8.521,60
ETF - S&P 500	97,00	17.394,07	878,17	0,00	18.272,24
ETF - MSCI Emerging Markets (Deutsche Bank)	441,00	13.784,47	-889,63	0,00	12.894,84
	5.539,00	159.352,33	2.727,16	0,00	162.079,49
Total	2.253.539,00	2.534.776,73	-11.221,08	22.422,98	2.545.978,63

*Corresponde ao custo de aquisição para os títulos adquiridos em 2015 e ao valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2014, para os restantes títulos

(em Euros)

NOTA 14 – PROVISÕES

O movimento na rubrica de provisões foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	0,00	30.348,87	0,00	0,00	30.348,87
Total	0,00	30.348,87	0,00	0,00	30.348,87

(em Euros)

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

No exercício de 2015, a Sociedade Gestora constituiu uma provisão, no valor de 30.348,87 euros, para cobrir eventuais gastos com um processo judicial. O valor da referida provisão corresponde ao valor da ação judicial, a qual foi interposta em 2002. Não obstante o processo não ter tido qualquer desenvolvimento desde 2008, verificaram-se em 2015 um conjunto de atos processuais judiciais, que no fecho do exercício se encontravam em fase de recurso.

NOTA 15 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

A comissão de gestão de 2015 foi fixada em 2.838.000 euros, valor idêntico ao registado em 2014.

NOTA 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No final dos respetivos períodos, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Fornecimentos e Serviços Externos		
Serviços Especializados	718.941,50	729.054,54
Materiais	4.132,36	2.946,11
Energia e Fluidos	26.422,28	24.112,04
Deslocações e Estadas e Transportes	11.472,57	9.860,50
Serviços Diversos	360.859,41	345.763,99
	1.121.828,12	1.111.737,18
		(em Euros)

Os valores registados em Serviços Especializados representam essencialmente custos associados a contratos de licenciamento de *software* (413.083,57 euros), a contratos de manutenção de *software* (196.314,16 euros), contratos de assistência técnica de *software* e *hardware* (30.578,44 euros), bem como a serviços de consultoria, técnica, jurídica e informática (46.441,74 euros).

A rubrica de Serviços Diversos respeita sobretudo a valores suportados com rendas e alugueres e despesas comuns, no valor de 276.348,72 euros.

NOTA 17 – GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Remunerações do Pessoal	1.357.404,71	1.260.359,13
Encargos com Remunerações	857,38	6.717,24
Outros	20.096,31	29.288,44
	1.378.358,40	1.296.364,81
		(em Euros)

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

O valor das remunerações corresponde maioritariamente aos montantes reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, essencialmente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

NOTA 18 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes da variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Aumentos/Reduções de Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	-48.096,61	-6.121,36
Ganhos por aumentos do justo valor	50.551,53	7.505,53
	2.454,92	1.384,17
		(em Euros)

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em alienações	2.733,79	10.274,90
Correções de exercícios anteriores	1.259,28	1.718,58
Juros e dividendos obtidos	40.874,28	7.805,86
Outros	10,07	1,41
	44.877,42	19.800,75
		(em Euros)

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indiretos	65.914,05	75.872,17
Taxas	45.197,24	65.703,50
Gastos e perdas em alienações	950,87	5.976,71
Correções de exercícios anteriores	509,46	2.191,22
Quotizações	9.100,00	8.900,00
Insuficiência na estimativa de impostos	139,73	0,00
Taxas e outras despesas financeiras	0,80	2.716,43
	121.812,15	161.360,03
		(em Euros)

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Os encargos registados em taxas estão relacionados com a taxa a favor da Autoridade de Supervisão dos Seguros e dos Fundos de Pensões. Em 2015, devido à redução das contribuições recebidas pelo Fundo de Pensões Benefício Definido, a respetiva taxa registou o decréscimo correspondente.

NOTA 21 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização no período de 2015 registou os montantes relativos a gastos com as depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis de, respetivamente, 89.152,64 euros (Nota 6) e 9.720,06 euros (Nota 7).

NOTA 22 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

No final dos períodos de 2015 e 2014, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Juros e Gastos Similares		
Juros Suportados	-18,09	-13,93
	-18,09	-13,93
	(em Euros)	

Os gastos de financiamento incluem os juros pagos por descobertos pontuais resultantes de operações não liquidadas na data respetiva.

NOTA 23 – PARTES RELACIONADAS

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com entidades relacionadas:

	31/Dez/15	31/Dez/14
Gastos com Pessoal		
Cedência de Pessoal	1.359.314,21	1.237.016,78
Serviços com Comissão de Gestão		
Remuneração de Gestão	2.838.000,00	2.838.000,00
Rendas suportadas		
Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido	241.401,56	237.749,60
	(em Euros)	

De acordo com informação prestada na nota 11, em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade Gestora tinha um ativo a receber do Banco de Portugal de 131.661,45 euros, que corresponde ao montante da comissão de gestão, deduzida dos encargos com o pessoal abrangido pelo acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro. Este montante foi liquidado pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2016.

Na rubrica “Fornecedores c/c”, constante da Nota 11, encontra-se registado o montante 20.077,59 euros, referente à renda, de fevereiro de 2016, devida ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

NOTA 24 – REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2015.

O órgão de fiscalização da Sociedade, constituído por um Fiscal Único, é representado pela KPMG & Associados, SROC, S.A., que auferiu uma remuneração no valor de 11.200 euros, sendo 9.600 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 1.600 euros para remunerar a realização do relatório do revisor oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e controlo interno, aos quais acresce IVA a taxa legal em vigor, com referência ao período de 2015.

NOTA 25 – GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e de liquidez:

- i.** O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos através de *exchange traded funds*. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes blocos geográficos;
- ii.** O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- iii.** O risco cambial decorre essencialmente da exposição a *exchange traded funds* sobre índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem uma expressividade reduzida;
- iv.** O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- v.** O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 3.390.352,87 euros e um total de capital próprio de 3.248.881,19 euros, incluindo um resultado líquido de 103.838,72 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, compõe-se por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 - inscrita na O.N.O.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.M. N.º 20161489

Meticuloso na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

Certificação Legal das Contas



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 28 de Março de 2016

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

PARECER DO FISCAL ÚNICO



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3 916 000 Euros - Pessoa Colectiva nº PT 502 161 076 - Inscrição na O.R.D.C. nº 189 - Inscrição na C.M.V.M. nº 20161489

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº PT 502 161 076

Parecer do Fiscal Único



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

28 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)